

## A MOEDA SOCIAL COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A MOEDA SOCIAL DE PALMA

## SOCIAL CURRENCY AS A REGIONAL ECONOMIC ALTERNATIVE: A STUDY ABOUT THE SOCIAL CURRENCY OF PALMA

## LA MONEDA SOCIAL COMO ALTERNATIVA ECONÓMICA REGIONAL: UN ESTUDIO SOBRE LA MONEDA SOCIAL DE PALMA

Newton Camargo da Silva Cruz<sup>1</sup>  
Daniel Teotonio do Nascimento<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo teve o objetivo de analisar a moeda social como alternativa econômica regional considerando o seu potencial, na qualidade de tecnologia social, para o desenvolvimento local, além de atuar como viabilizadora e promotora do protagonismo, autonomia, emancipação, gestão democrática e empoderamento dos sujeitos e das comunidades frente aos desafios e tensões econômico-comerciais enfrentadas por determinadas comunidades nas relações econômicas tradicionais e convencionais. Realizou-se um resgate bibliográfico histórico-conceitual na literatura especializada, seguida de uma metodologia descritiva e levantamento da produção científica, que abordou os aspectos e estruturas que compõem a moeda social, suas particularidades e utilizações. Logo após, procedeu-se com um estudo de caso sobre a moeda social de Palma, considerada a primeira moeda social do Brasil, criada e utilizada pelo Conjunto Palmeiras, bairro periférico da cidade de Fortaleza-CE, de modo a compreender as particularidades da apropriação e utilização da moeda no mundo real. Como resultados, identificou-se: a) a necessidade de uma regulamentação das moedas sociais por parte do Estado brasileiro; b) os impactos econômicos positivos para a comunidade usuária da moeda; c) um paradoxo entre a legitimidade e o desuso da moeda.

**Palavras-chave:** Moeda social. Economia solidária. Desenvolvimento local. Autogestão. Tecnologia social.

### ABSTRACT

This study aimed to analyze social currency as a regional economic alternative considering its potential, as a social technology, for local development, in addition to acting as a feasible and promoter of protagonism, autonomy, emancipation, democratic management and empowerment of the subjects and of the communities in the face of the economic and

<sup>1</sup>Especialista em Administração Pública (UniCesumar). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu. Paraná. Brasil. E-mail: [newton.cruz@unila.edu.br](mailto:newton.cruz@unila.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0115-9780>.

<sup>2</sup>Doutor em Administração. Professor Colaborador do Mestrado de Políticas Públicas e Desenvolvimento da UNILA. Docente no Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (CESUFOZ). Servidor Público Federal no cargo efetivo de Administrador na Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu. Paraná. Brasil. E-mail: [daniel.nascimento@unila.edu.br](mailto:daniel.nascimento@unila.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5872-7320>.

commercial challenges and tensions faced by certain communities in traditional and conventional economic relations. A historical-conceptual bibliographic rescue was carried out in the specialized literature, followed by a descriptive methodology and survey of scientific production, which addressed the aspects and structures that make up the social currency, its particularities and uses. Soon after, we proceeded with a case study on the social currency of Palma, considered the first social currency in Brazil, created and used by Conjunto Palmeiras, a peripheral neighborhood in the city of Fortaleza-CE, in order to understand the particularities of appropriation and use of currency in the real world. As a result, it was identified: a) the need for a regulation of social currencies by the Brazilian State; b) positive economic impacts for the currency user community; c) a paradox between the legitimacy and the disuse of the currency.

**Keywords:** Social currency. Solidarity economy. Local development. Self-management. Social technology.

### RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la moneda social como alternativa económica regional considerando su potencialidad, como tecnología social, para el desarrollo local, además de actuar como factible y promotora de protagonismo, autonomía, emancipación, gestión democrática y empoderamiento de los sujetos y de las comunidades ante los desafíos y tensiones económicas y comerciales que enfrentan determinadas comunidades en las relaciones económicas tradicionales y convencionales. Se realizó un rescate bibliográfico histórico-conceptual en la literatura especializada, seguido de una metodología descriptiva y relevamiento de la producción científica, que abordó los aspectos y estructuras que conforman la moneda social, sus particularidades y usos. Poco después, se procedió a un estudio de caso sobre la moneda social de Palma, considerada la primera moneda social en Brasil, creada y utilizada por Conjunto Palmeiras, un barrio periférico de la ciudad de Fortaleza-CE, con el fin de comprender las particularidades de la apropiación y uso de moneda en el mundo real. Como resultado, se identificó: a) la necesidad de una regulación de las monedas sociales por parte del Estado brasileño; b) impactos económicos positivos para la comunidad de usuarios de divisas; c) una paradoja entre la legitimidad y el desuso de la moneda.

**Palavras chave:** Moeda social. Economía solidaria. Desarrollo local. Autogestión. Tecnología social.

**Como citar este artigo:** CRUZ, Newton Camargo da Silva; NASCIMENTO, Daniel Teotonio do. A moeda social como alternativa econômica regional: um estudo sobre a moeda social de Palma. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, p. 114-131, 11 maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3499>

**Artigo recebido em:** 18/12/2020

**Artigo aprovado em:** 19/04/2021

**Artigo publicado em:** 11/05/2021

## 1 INTRODUÇÃO

No decorrer de nossa história vivemos e convivemos com profundas transformações de diversas magnitudes provenientes, essencialmente, dos avanços tecnológicos experimentados por toda a sociedade, capazes de modificar não somente a nossa realidade, mas também as formas de relacionamento e trabalho, modificando assim os processos econômicos e educacionais, influenciando a estrutura das cidades e proporcionando intensos impactos às comunidades.

Neste contexto, destaca-se a Revolução Industrial como promotora de transformações significativas no âmbito do trabalho, que foi capaz de reconfigurar a gestão e os processos produtivos (NASCIMENTO; KREMER; BENINI, 2018), trazendo consequências de ordem social e econômica, principalmente aos trabalhadores, que buscaram ferramentas e instrumentos de enfrentamento às mazelas sociais, como a exclusão social e financeira – esta última estando diretamente associada com o que Oliveira et al. (2018, p. 455) chamariam de “empobrecimento de territórios” –, a precarização do trabalho, a falta de recursos e a fome.

Evidencia-se, portanto, que tais transformações geram efeitos, impactos e potenciais problemáticos de ordem ambiental, social e econômica, gerando inúmeros desafios no âmbito sócio-econômico, fundamentalmente quando se trata da valorização do trabalho e da dignidade humana.

Partindo de uma perspectiva nacional, algo destacável é a desigualdade de concentração de renda no Brasil, considerando, inclusive, que a ideia da naturalidade da pobreza ganha certa projeção, sendo que “a responsabilidade pelos problemas decorrentes da pobreza passa a recair sobre os sujeitos que se encontram nessa condição” (MOSTAGI et al., 2019, p. 113).

Ressalta-se, portanto, considerando essa questão em particular, a relevância do desenvolvimento local, apropriando-se do princípio de “que é no espaço regional que se pode fazer a diferença, por meio de contribuições efetivas para um maior equilíbrio econômico, social e ambiental, estabelecendo maior proximidade entre os atores e simetria nas relações” (SACHS, 2006, apud MOSTAGI et al., 2019, p. 11).

Nesse cenário, é prudente e valioso destacar a constituição da economia solidária – ainda no início do século XIX – como um instrumento de confrontação à realidade do desemprego e da pobreza gerada pelo capitalismo industrial, além de atuar como um meio de se exercer a autonomia e a gestão da produção por parte desses trabalhadores, conforme destacado por Singer (2002), fazendo referência à autogestão – uma das características fundamentais dos empreendimentos econômicos solidários.

Singer (2002) ainda buscava – no início deste século XXI – caracterizar a economia solidária como um modo de produção que se baseia, essencialmente, em atividades e iniciativas econômicas que visam preservar o caráter coletivo, a liberdade e a autogestão como modo de administração, constituída de potencial para promover a igualdade e a solidariedade na concepção deste autor.

Em consonância com essa perspectiva, Rengel e Studer (2018, p. 1) complementam o conceito de economia solidária supramencionado, tratando-a como “um modo alternativo de lidar com as atividades econômicas de um determinado lugar”, salientando características muito próximas com as citadas por Singer (2002), como a coletividade, a autogestão – gestão democrática – e a cooperação existente por aqueles que dela participam e/ou praticam. Mostagi et al. (2019) enfatizam que a economia solidária visa criar um ambiente de apoio mútuo e solidário, sendo dotada de uma cultura organizacional diversa, de responsabilidades compartilhadas, que privilegia a democracia em todas as suas esferas e que está pautada sobre determinados princípios, como por exemplo, o de justiça social, diferenciando-a da economia capitalista, onde se vê a competição, a concentração e acumulação do capital, a busca pelo lucro constante e cada vez maior (SINGER, 2001).

A partir dessas premissas e conceitos anteriormente citados, avança-se na discussão acerca da economia solidária a partir das iniciativas e experiências existentes, que partilham (e praticam) as ideias e compromissos de um empreendimento econômico solidário.

Nesse sentido, têm-se múltiplas iniciativas provenientes da economia solidária, como os bancos alternativos e/ou comunitários, organizações de microcréditos, clubes de troca, moedas sociais, dentre outros, que de variadas formas buscam consolidar as práticas da economia solidária em determinada localidade.

Logo, pode-se citar e contextualizar a existência de agências financeiras, popularmente denominados de bancos, que também podem ser comunitários, sendo estes uma iniciativa da economia solidária, que são compostos de condições de agregar valor ao campo em questão, tendo em vista que trabalham com – e pela – população local, contribuindo com o acesso aos microcréditos para os mais necessitados, com a administração local e que contribuem diretamente no combate às desigualdades presentes naquela região em que atuam (GHION; MORDUCH, 2005; DALEY-HARRIS, 2005, apud MOSTAGI et al., 2019) mediante o emprego de uma iniciativa chamada moeda social, a qual este trabalho está diretamente relacionado.

Cabe aqui destacar a relevância do estudo específico acerca da moeda social de Palma, justamente devido ao seu pioneirismo nacional, o sucesso imputado a ela e a influência – e inspiração – em relação às demais moedas sociais brasileiras que vieram após ela.

A presente investigação tem o objetivo de compreender e discutir de que modo a moeda social pode atuar, na qualidade de alternativa econômica regional, valendo-se de uma metodologia de caráter descritiva e também de estudo de caso para atingir os objetivos desta pesquisa.

Como resultados e contribuições do trabalho, identificou-se a necessidade de uma regulamentação das moedas sociais por parte do Estado brasileiro, os diversos impactos positivos para a comunidade usuária da moeda, um paradoxo entre a legitimidade e o desuso da moeda e a concepção da moeda social como uma tecnologia social, capaz de contribuir na ou para a promoção do desenvolvimento do local em que atua.

O presente artigo está estruturado em seis seções, além da introdução: na próxima seção, apresenta-se a revisão de literatura (fundamentação teórica), na terceira seção apresenta-se o Estudo de Caso da Moeda Social Palma; a quarta seção é destinada aos

procedimentos metodológicos, já na quinta seção apresenta-se a análise e discussão e, por fim, na sexta e última seção, as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Cattani e Ferrarini (2010) observam os inúmeros enfrentamentos realizados frente à pobreza que assola o país e os fatores que a originam, salientando que esta “tem sido historicamente conceituada como insuficiência de renda e carência de recursos materiais necessários à vida” (CATTANI; FERRARINI, 2010, p. 165).

Entretanto, nas últimas duas décadas, os mesmos autores salientam que a pobreza passa a ter um caráter multidimensional, englobando não apenas questões de cunho socioeconômico, mas também cultural e político. Portanto, passa “a ser definida pelas múltiplas dimensões da vida social” (CATTANI; FERRARINI, 2010, p. 165).

Nesse contexto, tem-se a iniciativa da economia solidária como uma atividade que trabalha na “redução da economia ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada” (GAIGER, 2012, p. 316). Nessa conjuntura, Caminha e Figueiredo (2011, p. 113) buscam conceituar a economia solidária como uma iniciativa que “contrapõe-se aos valores da economia de mercado e da economia centralizada”, ou seja, uma reconfiguração econômica.

Gaiger (2012) comenta acerca da economia solidária na América Latina, sendo que esta é compreendida como uma das iniciativas “que visam à geração de trabalho e renda, além de benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã (GAIGER, 2012, p. 317). No âmbito brasileiro, temos o advento e ampla projeção da economia solidária na década de 1990, “à medida que despontaram iniciativas econômicas notabilizadas por suas práticas de autogestão e de mutualismo na esfera econômica” (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018, p. 137).

Para Costa e Jesus (2017) a economia solidária se caracteriza ainda como um movimento social, considerando a trajetória da construção dessa prática, o amplo debate nacional composto por representantes do poder público e da sociedade civil a respeito do tema, a existência de iniciativas pelo poder público como a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e o conjunto de atores sociais envolvidos nas discussões e promoções dessa nova forma de se fazer uma economia “que não se consolida pela produção do lucro” (COSTA; JESUS, 2017, p. 249).

Gaiger (2012), ao comentar sobre o crescimento da produção acadêmica e os grupos que estudam a economia solidária nos últimos anos, assim como os mais diversos atores sociais envolvidos na temática, realiza um resgate conceitual e histórico acerca desse tipo de economia, que remonta os tempos do capitalismo industrial, tratando este fenômeno como um motor que impulsionou “as vertentes associativas, mutualistas e cooperativas nas quais se edificou a experiência da Economia Social no correr do século XIX” (GAIGER, 2012, p. 316), sendo, portanto, uma alternativa dos trabalhadores frente às situações precárias as quais eram submetidos.

Considerando esse arcabouço de conceitos sobre a economia solidária, é possível compreendê-la como uma política pública, assim como um forte instrumento que pode garantir a inclusão social, a sustentabilidade e o enfrentamento dessas e outras problemáticas socioeconômicas. Portanto, torna-se propício e fundamental as discussões, reflexões e debates aprofundados sobre o tema, de modo que se “consiga ampliar sua autonomia e prover as condições para autossustentação econômica e autogestão” (CATTANI; FERRARINI, 2010, p. 165).

Vale destacar alguns princípios que norteiam as políticas emancipatórias, como a participação ativa da comunidade em todas as fases do processo, a territorialidade, a intersectorialidade e sustentabilidade, compreendendo o desenvolvimento local como um mecanismo ou ação com potencial de contribuir no combate à pobreza, valendo-se de políticas tanto de âmbito setorial quanto estruturante (CATTANI; FERRARINI, 2010), dentre outras.

No que diz respeito aos conceitos e visões de desenvolvimento local, pode-se conceituá-lo como um local de experiências contra-hegemônicas, que contribui para o desenvolvimento de baixo para cima, uma construção coletiva da própria comunidade, (SANTOS; RODRÍGUEZ-GARAVITO, 2006, apud MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010), um espaço dotado de autonomia (BACATTINI, 1994, apud MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010), algo que não é tarefa exclusiva das elites econômicas e do próprio Estado (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010), que contém um potencial para produzir “um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão socioeconômica e política” (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010, p. 564).

No cenário e conjuntura que se apresentam, vale destacar o que Rigo e França Filho (2017, p. 173) esclarecem acerca da moeda em si, tratando-a como “um mecanismo para expressar os valores das coisas”, substituindo progressivamente o escambo utilizado pelas sociedades de antigamente, ainda que algumas correntes teóricas entendam a questão supramencionada como uma fábula, pois em termos econômicos a moeda nada mais é do que “um “truque técnico” voltado ao desenvolvimento das trocas que são necessárias para o enriquecimento” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 173).

A partir disso, emergem iniciativas destinadas a apoiar as comunidades afetadas pelas exclusões e impactos do regime capitalista que orienta, influencia e prevalece em grande parte das nações mundiais. Dentre essas iniciativas podemos mencionar as moedas sociais, que integram um grupo intitulado moedas paralelas, que são “aquelas que substituem a moeda nacional em algum momento ou situação” (BLANC, 1998, apud CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011, p. 116), atuando como um complemento à moeda oficial nacional (FREIRE, 2007, apud CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011), ou seja, utilizada para um fim determinado e específico, uma função social específica (CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011).

Salienta-se, segundo essas autoras, a concepção de moeda social quanto aos aspectos metodológicos, integrante do Método Fomento, sendo este “um dos métodos de promoção de desenvolvimento local integrado e sustentável do Movimento Monetário Mosaico (MoMoMo), que realiza uma espécie de “clonagem” de um valor monetário em moeda distinta” (CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011, p. 119).

Rigo e França Filho (2017) recordam das experiências internacionais exitosas com moedas sociais em diversos países do mundo, como o Canadá, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Estados Unidos e França, além de ser pertinente destacar o pioneirismo de um sistema realizado em Ithaca, Nova York, que posteriormente serviu de inspiração para moedas sociais em outras partes dos Estados Unidos e do mundo (inclusive no Brasil e Argentina), que se baseava, fundamentalmente, na impressão de “um meio de pagamento que não pudesse sair da região em que foi gerado” (SOARES, 2006, p. 139).

Ademais, este meio de pagamento funcionaria como um sistema de estímulo e apoio local, sendo corroborado por Menezes e Crocco (2009, p. 378) quando compreendem que a moeda local/social “recupera a capacidade dos agentes de influenciar a acumulação econômica e a reprodução social no espaço em que vivem”, mas salientam que “as moedas nacionais permanecem essenciais ao funcionamento da economia capitalista” (MENEZES; CROCCO, 2009, p. 382).

No que concerne aos motivos que levam a criação das moedas sociais, Caminha e Figueiredo (2011) destacam motivações específicas e que impactam diretamente as populações, como a adoção de políticas neoliberais por parte de governos, o desemprego e, porque não mencionar, as restrições de crédito das instituições tradicionais, portanto, a concepção e implementação de moedas sociais objetivam, “aumentar o volume e a circulação da moeda, elevando, assim, o poder de compra em lugares, que, via de regra, estão à margem da economia, e nos quais o dinheiro é uma instituição escassa e com pouca circulação” (CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011, p. 116).

Sobre a circulação da moeda social, salienta-se que esta deve ficar restrita a uma localidade, a um grupo ou comunidade, objetivando o desenvolvimento local com o objetivo de “incentivar a manutenção da circulação dos recursos no local” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 171) contribuindo, sobretudo, para o consumo de “bens e serviços produzidos dentro da comunidade” (ANESI; MONTELEONE, 2006, p. 1). Portanto, “quanto maior o número de transações locais, maior a quantidade de moeda social, que é sempre lastreada a uma moeda oficial de mesmo valor” (ANESI; MONTELEONE, 2006, p. 1).

Portanto, a moeda social, como integrante do rol de iniciativas com potencial de promover o desenvolvimento de uma região a partir do contexto político, social, cultural e econômico, estimula a economia local, contribuindo para a inclusão social de comunidades muitas vezes esquecidas pelo Estado, “amenizando os efeitos da escassez de dinheiro em poder daquela população” (ANESI; MONTELEONE, 2006, p. 1).

Cabe salientar, conforme Rigo e França Filho (2017), a necessidade da moeda social ter legitimidade perante uma localidade e que esta pode ser obtida mediante aceitação social (tanto por quem administra quanto por quem utiliza). Trata-se da legitimidade como aspecto fundamental que a moeda social circulante em uma comunidade deve ter, sem ela não é possível existir o apoio necessário para o efetivo cumprimento das atribuições da moeda e, portanto, benefícios sociais para a comunidade.

Para além de questões dessa natureza, é prudente destacar os aspectos legais envolvidos na moeda social. Anesi e Monteleone (2016) recordam que, apesar de não existir no Brasil uma regulamentação específica da moeda social como um todo, as características

presentes tanto na moeda social de palma quanto no próprio banco que faz sua gestão configura a ausência de ilegalidade.

Tais características se concentram, essencialmente, na “ausência do escopo de lucro e a não-exploração profissional do dinheiro” (ANESI; MONTELEONE, 2006, p. 1). Portanto, os autores supracitados discorrem acerca da “legalidade da organização do Banco Palmas e consequentemente, os demais bancos comunitários e de que estes não precisam de autorização do Banco Central para que dêem início às suas atividades (Nota Jurídica PGBC nº 5927/2011)” (ANESI; MONTELEONE, 2006, p. 1), embora reconheçam que a falta de regulamentação impede o crescimento adequado dessa prática social no Brasil e que somente é “possível a conquista da segurança e do reconhecimento estatal com a devida normatização” (ANESI; MONTELEONE, 2006, p. 1).

### 3 ESTUDO DE CASO DA MOEDA SOCIAL PALMA

Tratar da moeda social nos remete a um dos casos mais famosos e emblemáticos do Brasil: a moeda social Palma. De modo que é prudente contextualizar a localidade em que a moeda social Palma surgiu e ganhou o seu espaço. Cernev e Diniz (2020) recordam que o surgimento do Conjunto Palmeiras, bairro periférico da cidade de Fortaleza–CE está intimamente relacionado com o remanejamento de comunidades de uma localidade para outra, após mudanças estruturais onde estas habitavam anteriormente.

Os autores mencionam, com excelência de detalhes, as principais características dessa localidade que veio a ser tornar o Conjunto Palmeiras:

[...] uma região coberta de mato, lama e palmeiras nativas, sem qualquer infraestrutura, após um dos maiores aterros sanitários do município, há mais de 15 quilômetros de onde os pescadores viviam junto ao mar. De conjunto aquela localidade só tinha o nome. Cerca de 1.500 famílias se tornaram rejeito, a ser esquecido, daquele progresso social. Mais do que perda de bens e do seu meio de subsistência, subtraíram-lhes também a autoestima, autodeterminação e dignidade. De uma hora para outra, passaram a viver em precárias condições de vida: sem moradia (tiveram que construir suas próprias residências em regime de mutirão), água encanada, rede de esgoto, luz elétrica, transporte público, atendimento de saúde ou educação (CERNEV; DINIZ, 2020, p. 488).

A precariedade geográfica vivenciada por essas pessoas e a ausência de insumos e condições básicas para a vida humana impactaram diretamente no cotidiano da comunidade, fundamentalmente as condições de trabalho e renda, gerando uma cadeia de desigualdades sócio-econômico-culturais, que impactaram negativamente no dia a dia dessa comunidade em questão.

Nesse contexto excludente e desafiador, Rigo e França Filho (2017) ressaltam o advento do Banco Comunitário de Palmas, que foi criado para responder às demandas daquela conjuntura que implicava a necessidade de enfrentar as mais diversas insuficiências e privações locais, econômicas e sociais, como por exemplo, a pobreza e a desigualdade.



Composto por um pequeno capital inicial, o Banco Palmas era composto de um “modelo de desenvolvimento do território via produção e consumo local, sendo aquela uma iniciativa inédita no país” (CERNEV; DINIZ, 2020, p. 488). Conforme informações obtidas no próprio website oficial do Instituto Banco Palmas, um banco comunitário pode ser conceituado como um serviço solidário, de propriedade de uma determinada comunidade, atuando de modo a interagir:

[...] em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares (INSTITUTO BANCO PALMAS, s.d, p. 1).

Caminha e Figueiredo (2011) complementam tais conceitos destacando que um banco comunitário visa, essencialmente:

[...] fomentar a economia local através de microcrédito para produção e para o consumo local, sem consultas cadastrais, comprovação de renda ou outras restrições impostas pelas instituições convencionais; uma economia baseada somente na confiança e no conceito do cliente perante os demais moradores, uma medida da própria rede de trocas da economia solidária (CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011, p. 119).

No site oficial verifica-se uma série de características que compõe determinado serviço, como por exemplo, a criação do banco por parte de uma comunidade, linhas de créditos diferenciadas, apoio à iniciativas locais solidárias, a atuação direcionada ao público mais vulnerável no âmbito socioeconômicos, dentre outras (INSTITUTO BANCO PALMAS, s.d).

Observa-se ainda no site oficial do Banco Palmas que, dentre os inúmeros produtos e ações dos bancos comunitários, como por exemplo, os microsseguros, créditos produtivos e ações pedagógicas contínuas, há ainda os créditos para o consumo, que se desenvolvem, fundamentalmente, a partir da utilização e circulação da moeda social na comunidade em que o banco comunitário em questão atua diretamente.

No caso do Banco Comunitário de Palmas, tem-se a moeda social Palmas, que Cernev e Diniz (2020), ao comentarem sobre o surgimento da referida moeda, descrevem com primazia a sua motivação, finalidade e eventuais desafios:

O dinheiro local Palmas foi lançado em 2000, em papel-moeda, com paridade de um para um em relação à moeda nacional Real. Baseada nas conclusões do mapa de consumo, a ideia era reduzir o volume financeiro gasto em outras localidades, buscando concentrar as compras dentro do Conjunto Palmeira. Ou seja, manter a riqueza coletiva no próprio bairro. Para tanto, era necessário superar alguns desafios, tais como a adoção da nova moeda pelos moradores, sua circulação e uso efetivo, e o investimento na produção para consumo local (CERNEV; DINIZ, 2020, p. 489).

Rigo e França Filho (2017) destacam que a moeda Palmas é uma nova versão da moeda Palmares, até então utilizada como moeda em clubes de troca pela comunidade do conjunto Palmeiras na década de 1990. Esta se constituiu com o objetivo de se tornar um

mecanismo de troca de bens e serviços, um meio próprio de pagamento, tendo em vista que muitos dos habitantes do Conjunto Palmeiras não dispunham da moeda oficial nacional (o Real).

Os autores supramencionados salientam ainda que a coordenadora de projetos do Banco Palmas, Sandra Magalhães, comenta a respeito do processo empoderador (e porque não dizer emancipatório e libertador) de uma comunidade que cria seu próprio dinheiro.

Após alguns meses, concebe-se a ideia de transformar todo o bairro Conjunto Palmeiras em uma espécie de grande clube de troca, utilizando a moeda social Palmas, gerenciada pelo Banco Palmas (e fazendo referência à vegetação específica do local) em todas as transações. Houve, inclusive, um estímulo por parte de alguns comerciantes locais que concediam descontos “de 5 a 10% aos clientes que utilizassem a moeda social como forma de pagamento, aumentando a popularização do uso da moeda e a fidelização do consumidor” (ANESI; MONTELEONE, 2016, p. 1).

No caso, o banco comunitário gestor trabalhou na criação de aspectos de segurança da nova moeda, como por exemplo, marca d’água, números de série, código de barras e, fundamentalmente, o lastro, quer dizer, a “cada moeda social que circula na comunidade, existe seu correspondente em real nos cofres do Banco Palmas ou em conta bancária específica” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 177), sendo esta uma exigência do Banco Central do Brasil.

Posteriormente, diversas iniciativas surgiram, como por exemplo, as redes de bancos comunitários, além da concepção de diversos outros bancos em outras partes do país (CERNEV; DINIZ, 2020), visando a consolidação de iniciativas voltadas aos empreendimentos econômicos solidários.

Como qualquer empreendimento ou iniciativa que visa crescer e alcançar outros patamares, os gestores do Banco Palmas buscaram, constantemente, a melhoria e ampliação do uso da moeda social de Palmas, considerando-a como um caso de sucesso, além dos inúmeros benefícios já observados advindos da utilização da moeda.

Surge desse modo e mediante parcerias, o Palmas E-Dinheiro, ferramenta de pagamento eletrônico com o objetivo de digitalizar a moeda social Palmas, além de aprimorar o serviço já realizado pelo banco comunitário, promover inclusão sócio-financeira e, sobretudo, “a construção do senso de comunidade e solidariedade entre os moradores do bairro” (CERNEV; DINIZ, 2020, p. 490).

Com a funcionalidade do Palmas E-Dinheiro, emergem novas formas e tipos de pagamentos que podem ser realizados, enfatiza-se os custos inexistentes para a população e as mais diversas funcionalidades existentes, os resultados alcançados com milhares de transações realizadas e milhões de reais sendo movimentados, assim como a utilização da ferramenta por outros bancos, permitindo que as comunidades utilizassem as ferramentas e aportes científicos e tecnológicos das tecnologias da comunicação e informação no âmbito da utilização da moeda social.

Apesar dessa importante evolução da moeda social de Palmas, os gestores do Instituto Banco Palmas experienciaram uma série de problemáticas envolvendo a empresa gestora da tecnologia e do aplicativo utilizado pela população local, gerando desconfortos e até mesmo a

possibilidade de encerramento do serviço. O banco gestor da moeda social não possuía *know-how*, estrutura ou pessoal para conceber a tecnologia necessária para a evolução da moeda social de Palmas para o Palmas E-Dinheiro, sendo necessário delegar à iniciativa privada essa tarefa.

Cernev e Diniz (2020) comentam o caso destacando os pormenores desse conflito entre a empresa fornecedora da tecnologia do Palmas E-Dinheiro e o Banco Palmas, enfatizando que tais embates existiram pois as lógicas de gestão, atuação e governança são essencialmente diferentes de uma instituição para a outra: enquanto o Instituto Banco Palmas atua junto aos empreendimentos econômicos solidários, fortalecendo-os e trabalhando em prol da autonomia, protagonismo, autogestão e emancipação socioeconômica da comunidade habitante do Conjunto Palmeiras, a empresa responsável pela tecnologia do Palmas E-Dinheiro trabalha sobre a lógica padrão mercadológica, portanto, visando fundamentalmente o lucro.

A partir do presente estudo de caso, concebe-se, portanto, a moeda social Palmas como uma potencial alternativa econômica para o bairro do Conjunto Palmeiras, região extremamente afetada pelas exclusões socioeconômicas provenientes do regime capitalista, onde este atua como promotor de desigualdades e assimetrias. Entender a moeda social como uma alternativa econômica é, por um lado, promover a emancipação social das comunidades que dela partilham e, por outro, contribuir para o desenvolvimento local, de baixo para cima, de forma sustentável e considerando as questões políticas e econômicas vivenciadas por aquela comunidade.

#### **4 METODOLOGIA**

A pesquisa foi conduzida mediante o emprego de um procedimento metodológico inicial de resgate bibliográfico histórico-conceitual na literatura, seguida de uma metodologia de caráter descritiva, por meio do levantamento da produção científica, objetivando descrever os aspectos e estruturas que compõem a moeda social, suas particularidades, especificidades e utilizações.

Posteriormente, foi realizado um estudo de caso referente a moeda social Palma, utilizada pelo Conjunto Palmeiras, bairro periférico da cidade de Fortaleza-CE, utilizando no estudo uma abordagem de caráter qualitativo e considerando como universo investigativo o bairro supramencionado, criador e utilizador da moeda social em questão, partindo de uma perspectiva temporal seccional. Ou seja, considerou-se todo o período histórico, que compreende desde a criação até a utilização da moeda social e seus respectivos reflexos e implicações.

Ressalta-se que os instrumentos e fontes utilizadas para coleta de dados do presente estudo são documentais, com consultas em periódicos e bases de dados científicas indexadas, privilegiando trabalhos disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Tais metodologias empregadas objetivaram compreender e discutir de que maneira a moeda social pode atuar como uma alternativa econômica regional? Além disso, buscou-se dissertar acerca do panorama geral da moeda social de Palma como iniciativa diretamente vinculada à economia solidária e social, e ainda os impactos e implicações da apropriação, circulação e utilização da moeda no mundo real em uma comunidade periférica de Fortaleza-CE.

De modo a estabelecer um protocolo de pesquisa visando atingir os objetivos propostos neste estudo, para levantamento da Produção Científica, utilizou-se o Portal de Periódicos da CAPES para a investigação, refinando as buscas sobre o tema em questão para apresentar publicações das coleções: Technology Research Database, ScienceDirect (Elsevier), SciELOBrazil, Scopus (Elsevier), SciELO (CrossRef), Sociological Abstracts, OneFile (GALE) e Directory of Open Access Journals (DOAJ). Nas palavras-chave utilizadas na pesquisa bibliográfica foi utilizado apenas o termo “moeda social”.

Foram estabelecidos critérios de inclusão, a saber: período de publicação dos trabalhos compreendido entre os anos de 2013 e 2019, idioma dos trabalhos selecionados para o estudo somente em língua portuguesa e somente trabalhos revisados por pares. Todas as buscas foram realizadas no mês de outubro de 2020.

Foram estabelecidos ainda critérios de exclusão, a saber: trabalhos das coleções “Computer and Information Systems Abstracts” e “Advanced Technologies & Aerospace Database”, além de estudos contendo tópicos como “clubes de troca”, “consumidores esportivos”, “dossiês sobre festas e patrimônios”, “relações familiares”, “trabalho escravo”, “elites parlamentares brasileiras”, “legislação” e “natureza e gestão ambiental” por não terem relação intimamente direta com o presente estudo.

Foram selecionados seis artigos, todos lidos na íntegra e resumidos de modo a contribuir na construção do conhecimento referente ao tema e para buscar estabelecer categorias e elementos fundamentais para as análises (Quadro 1). Foram selecionados ainda, fora do protocolo estabelecido, uma tese de doutorado que trata a respeito da moeda social de uma docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e as próprias informações dispostas no site oficial do Instituto Banco Palmas.

A partir dos resultados alcançados com a busca supracitada e leituras dos trabalhos selecionados, foram elencadas categorias e elementos-chaves a respeito do tema conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias e elementos elencados.

CATEGORIAS	AUTORES	ELEMENTOS
Marco jurídico/legal da Moeda Social.	Caminha e Figueiredo (2011).	Impasses jurídicos entre o Banco Palmas e o Banco Central. A legislação da moeda social no Brasil.
Impactos socioeconômicos.	Cernev e Diniz (2020).	Impactos da moeda social no Conjunto Palmeiras.
Legitimidade.	Rigo e França Filho (2017).	O paradoxo da legitimidade/diminuição da utilização da moeda social.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Rigo e França Filho (2017), Caminha e Figueiredo (2011) e Cernev e Diniz (2020).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do protocolo e metodologia de pesquisa utilizada foi possível extrair categorias e seus respectivos elementos, todos pertinentes à proposta do presente estudo. Nesta seção, foram investigadas e analisadas de forma minuciosa, todos os arquivos e estudos que se vincularam com essas categorias propostas que foram obtidas por meio dos procedimentos metodológicos supramencionados. Buscou-se também a apresentação de observações, inferências e conclusões a partir dos pontos encontrados e vinculados com o referencial teórico.

### 5.1 MARCO JURÍDICO/LEGAL DA MOEDA SOCIAL.

No tocante ao marco jurídico/legal da moeda social, Caminha e Figueiredo (2011), conforme elencado no quadro 1, discorrem em seu trabalho acerca do sistema financeiro vigente no Brasil, destacando o papel da Casa da Moeda e do Banco Central, suas formas de atuação e características, recordando principalmente que, no caso do Banco Central, existe “a prerrogativa de emissão de moeda” (CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011, p. 100) e destacam, com excelência, os diversos problemas e impasses jurídicos enfrentados não somente pelo Instituto Banco Palmas, mas para a moeda social de modo geral, que poderiam ser superados, segundo as próprias autoras, com a regulamentação da prática e fiscalização.

Há, segundo as autoras, impasse jurídico entre iniciativas, como por exemplo, a moeda social Palma (gerenciada pelo Instituto Banco Palmas) e a legislação vigente, pois a emissão de qualquer moeda que seja diferente da moeda nacional corrente (o Real) é de prerrogativa da União e do Banco Central, o que não é o caso.

Nota-se, portanto, acerca deste aspecto que, apesar da legalidade das ações do Instituto Banco Palmas, impasses jurídicos sofridos e esclarecimentos desnecessários por parte da instituição poderiam ter sido evitados com a existência de normas e regulamentações oficiais referentes não apenas à prática, mas também à emissão da moeda social no âmbito nacional.

Conclui-se, portanto, que a regulamentação para a área é vital, fato que também foi observado no estudo de Anesi e Monteleone (2006), que enfatizam o quanto a área da economia solidária e da própria moeda social em si poderiam avançar com uma regulamentação de tais práticas pelo poder público, comprovando, desse modo, a imprescindibilidade da legislação referente à temática.

## 5.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

No que concerne aos impactos socioeconômicos da moeda social Palma na comunidade do bairro Conjunto Palmeiras, Cernev e Diniz (2020) destacam em seu estudo que 80% dos recursos financeiros consumidos no bairro circulava em outros locais, concluindo que, “o baixo consumo na comunidade acarretava esvaziamento de suas poupanças e, conseqüentemente, da sua capacidade de gerar trabalho e renda” (CERNEV; DINIZ, 2020, p. 488).

Recordam ainda que, nessa conjuntura, constitui-se o banco comunitário de Palmas com o objetivo de “oferecer empréstimos de baixo custo, focados principalmente em investimentos produtivos e alívio da pobreza” (CERNEV; DINIZ, 2020, p. 488), emergindo, posteriormente, a moeda social Palmas, gerenciada pelo referido banco e sendo utilizada localmente. A partir dessas iniciativas, os autores ressaltam que estudos posteriores mostraram que a atividade financeira do bairro mudou drasticamente, sendo que 93% dos recursos financeiros estavam sendo utilizados naquela localidade, promovendo o desenvolvimento da região do Conjunto Palmeiras.

Observa-se, portanto, que a criação da moeda social Palmas promoveu não apenas impactos positivos financeiros no bairro Conjunto Palmeiras, conforme contemplado acerca da alteração da porcentagem de utilização de recursos financeiros dentro do próprio bairro após a utilização da moeda social assim como foi observado no estudo de Caminha e Figueiredo (2011), mas também foi responsável por mudanças em diversas vertentes naquela localidade, como por exemplo, a expansão da moeda física para o meio virtual por meio do Palmas E-Dinheiro (que movimentou milhões de reais em determinado espaço de tempo), o que demonstra, inclusive, a própria legitimação da moeda perante a localidade, ao ponto desta sair do meio físico para o meio virtual.

Diante do exposto, pode-se compreender a moeda social como um meio e/ou ferramenta dotada de potencial para contribuir na promoção do desenvolvimento do comércio local em que determinada moeda circula e concebendo-a como uma tecnologia social, que parte de um contexto socioeconômico, político e cultural, composta, portanto, de uma abordagem sociotécnica, podendo não apenas fazer significativa diferença na vida das pessoas que habitam naquela comunidade, mas também ser uma alternativa econômica local e

regional para o enfrentamento de problemas sociais e econômicos vivenciados pela comunidade do Conjunto Palmeiras.

### 5.3 LEGITIMIDADE

Quanto à legitimidade da moeda social Palma, observa-se no estudo de Rigo e França Filho (2017) a existência de um paradoxo entre a legitimidade da moeda social e a diminuição da utilização desta pelos habitantes do Conjunto Palmeiras. Estes autores comentam que, inicialmente, somente dois estabelecimentos aceitavam a moeda social, sendo que aos poucos a moeda foi se perpetuando em todo o bairro, mediante, inclusive, um processo de sensibilização de toda a comunidade sobre a importância do consumo dentro do próprio bairro.

Além disso, outros estudos como de Meyer (2012), citado pelos referidos autores, apontam que parte dos salários dos funcionários do Banco Palmas era pago com a moeda Palmas, objetivando injetar a moeda na comunidade, ressaltando-se que uma significativa parte da moeda era utilizada para abastecimento de veículos automotores, o que ocasionava um encurtamento do circuito monetário, restringindo, conforme Meyer (2012, apud RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 178), “a apropriação comunitária da moeda”.

Os autores indagam sobre os motivos do desuso da moeda social Palma, comentando uma contradição existente no momento que crescem as empresas que aceitam a moeda, mas a circulação desta diminui, mesmo com o aumento do consumo do bairro sendo efetuado com moeda nacional. Ao entrevistar parcela desses moradores, os autores identificaram que, apesar de grande parte conhecer a moeda, não a utiliza por não ter interesse ou simplesmente por não ver necessidade no uso.

Há, portanto, um paradoxo identificado pelos autores, na “relação entre fraco fluxo monetário (baixa frequência e volume) numa forte rede de aceitação (legitimidade da moeda entre os empreendimentos e moradores)” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 189). Cabe salientar ainda que os autores apontam que há uma relação de confiança na utilização da moeda gerenciada por um banco comunitário que há anos encontra-se fazendo a diferença naquela região, tendo legitimidade perante uma comunidade, estando o uso da moeda altamente relacionado com a atuação do banco que faz sua gestão.

Nota-se, portanto, nesse quesito, que, apesar de toda a legitimidade relatada por Rigo e França Filho (2017) e que foi construída pela comunidade do bairro Conjunto Palmeiras em torno da moeda social Palmas, a moeda em questão possui finalidades sociais específicas e determinadas (CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011). Nesse sentido, é possível citar, para ilustrar tais finalidades, a geração de emprego e renda, apoio àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica e circulação prioritária de recursos financeiros dentro da própria comunidade onde foi criada.

Dessa maneira, é possível inferir que, após o cumprimento dessas finalidades sociais, a circulação da moeda tende a diminuir, dando lugar, novamente, à moeda circulante nacional (no caso do Brasil, o Real), corroborando assim com as ideias propostas por Menezes e

Crocco (2009) quando destacam em seu estudo a importância da existência das moedas nacionais para o adequado funcionamento do sistema financeiro capitalista, além de compreenderem a inexistência de auto suficiência de uma moeda local, mas sim “o incremento da capacidade de auto fomento” (MENEZES; CROCCO, 2009, p. 382) por parte destas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo pretendeu-se analisar a moeda social como uma alternativa econômica regional dotada de potencial para contribuir no enfrentamento das mais diversas mazelas socioeconômicas vivenciadas por algumas comunidades. Neste artigo, foi proposto um estudo de caso da moeda social Palmas, tendo em vista seu pioneirismo, a nível nacional, referente às moedas sociais.

Mediante um protocolo de pesquisa estabelecido foi possível elencar categorias e seus respectivos elementos que foram utilizados neste artigo, sendo que tais elementos foram aprofundados de modo a contribuir com reflexões e conclusões acerca do estudo realizado.

Por meio desse aprofundamento, identificou-se a iminente necessidade de uma regulamentação das moedas sociais por parte do Estado brasileiro, de modo a evitar os fatos narrados na seção anterior.

Quanto aos impactos socioeconômicos na comunidade do Conjunto Palmeiras verificou-se resultados positivos, como por exemplo, o aumento da circulação de recursos financeiros dentro do bairro supramencionado, contribuindo para a geração de emprego, renda e satisfação das necessidades mais básicas daquela população.

Por fim, identificou-se que, embora dotada de legitimidade perante àquela comunidade, a moeda social tende a cair em desuso a partir do momento que cumpre sua função social na comunidade em que a utiliza, dando lugar, novamente, à moeda nacional corrente, compreendendo, portanto, a moeda social como uma tecnologia social, composta de uma abordagem sociotécnica, que parte de um contexto e que visa solucionar uma demanda de um nicho específico de uma determinada parte da sociedade.

O objetivo deste estudo foi alcançado, uma vez que discorreu a respeito da moeda social como uma alternativa econômica regional, constatando-se essa viabilidade, ainda que de forma temporária, conforme observado no caso de sucesso da moeda social Palmas que contribuiu para a transformação da realidade da comunidade que habita o Conjunto Palmeiras.

Salienta-se que a presente pesquisa se limitou ao caso específico da moeda social Palmas e, tendo em vista a existência de diversas outras moedas sociais no país e no mundo e considerando o grande campo de pesquisa em questão, recomenda-se para pesquisas futuras o aprofundamento na temática sob outras óticas e/ou perspectivas acadêmicas, para além dos elementos e variáveis elencadas neste estudo.



## REFERÊNCIAS

- ANESI, Daniel; MONTELEONE, Marília. **Moedas sociais**. Disponível em: <https://danielanesi.jusbrasil.com.br/artigos/453923157/moedas-sociais>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- CAMINHA, Unie; FIGUEIREDO, Monique. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do conjunto palmeiras em Fortaleza-CE. **Revista Direito GV**. v. 7, n. 1, p. 099-130, 2011. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322011000100006>.
- CATTANI, Antonio David; FERRARINI, Adriane Vieira. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálysis**. v. 13, n. 2, p. 164-172, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200003>.
- CERNEV, Adrian Kemmer; DINIZ, Eduardo Henrique. Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local. **Revista de administração contemporânea**. v. 24, n. 5, p. 487-506, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190390>.
- COSTA, Bianca Aparecida Lima; JESUS, Paulo de. A Economia Solidária no Brasil. Uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**. v. 2, p. 241-264, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7192/5813>. Acesso em: 29 set. 2020.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. **Sociedade e Estado**. v. 27, n. 2, p. 313-335, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200006>.
- GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados**, v. 61, n. 1, p. 137-169, mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Doi: <https://doi.org/10.1590/001152582018149>.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **O que é um banco comunitário**. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>. Acesso em: 20 out. 2020.
- MARTINS, Rafael D'Almeida; VAZ, Jose Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública-RAP**. v. 44, n. 3, p. 559-590, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000300002>.
- MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Revista Economia e Sociedade**. v. 18, n. 2, p. 371-398, 2009. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/688/06%20Economia%20e%20Sociedade%2036%20Artigo%206.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

MOSTAGI, Nicole Cerci; PIRES, Lilian de Lima; MAHNIC, Chayne de Lima Pereira; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 1, p. 111-124, 21 mar. 2019. Universidade Católica Dom Bosco. Doi: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1653>.

NASCIMENTO, Daniel Teotonio do; KREMER, Andréia Maria; BENINI, Elcio Gustavo. Economia Solidária e Tecnologia Social: potenciais alternativas de configurações organizativas. **Revista Outra Economia**. v. 11, n. 20, p. 101-118, 2018. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/outraeconomia/article/view/12665/9356>. Acesso em: 29 set. 2020.

OLIVEIRA, Eziel Gualberto de et al. Moedas Sociais e Suas Contribuições em Comunidades Economicamente Precarizadas Um Estudo Exploratório da Experiência do Projeto Pet Mania em Campo Grande – MS. **Desenvolvimento em questão**. v. 16, n. 43, p. 453-486, 2018. Doi: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.453-486>.

RENGEL, Beatriz; STUDER, Kimberly. **Economia solidária: a moeda social e o caso de Palmas**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/economia-solidaria-moeda-social-caso-de-palmas/>. Acesso em: 29 set. 2020.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cadernos EBAP.BR**. v. 15, n. 1, p. 169-193, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395141258>.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922001000100005>.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. 2006. 252 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89433/226267.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 out. 2020.